



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- O plenário da Câmara deve apreciar o Projeto de Lei Complementar Nº 235 de 2019, já aprovado no Senado, que institui o *Sistema Nacional de Educação*. O relator é o dep. Idilvan Alencar (PDT-CE).

- Há três requerimentos de regime de urgência para os seguintes projetos:

1. PL 2832/2021, que institui o Dia Nacional do Cristão;
2. PL 4188/2020, que dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos;
3. PL 4606/2019, que veda qualquer alteração, edição, supressão, adição ou adaptação aos textos dos livros da Bíblia Sagrada.

- Acontece hoje (26/04), uma Sessão Solene em homenagem aos 49 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

SENADO FEDERAL

- Foram convocadas sessões deliberativas. Contudo, não há, entre as matérias previstas, nenhuma ligada aos temas pertinentes ao nosso acompanhamento.

- Acontecerá, na próxima quinta-feira (28/04), uma Sessão Especial em homenagem aos 49 anos da Embrapa.

COMISSÕES DO SENADO

Comissão de Direitos Humanos

- Aconteceu ontem (25/04) a Audiência Pública "*Democracia e Direitos Humanos: violação aos direitos humanos dos povos indígenas*". Luis Ventura, secretário adjunto do CIMI, representou o Conselho Indigenista.

- Acontece hoje (26/04) a Audiência Pública "*Apresentar Dossiê contra o pacote do veneno e em defesa da vida*". Entre os convidados está Karen Friderich, representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), que elaborou o dossiê. Além dela, Naiara Bitencourt, advogada na organização Terra de Direitos e Integrante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Shirley de Alves dos Santos, da Associação Brasileira de Agroecologia, e Fernando Pigatto, do Conselho Nacional de Saúde.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Acontecerá amanhã (27/04) a Audiência Pública: "*Debater a Redução da dependência de fertilizantes pelo Brasil: principais desafios, restrições da produção doméstica e importação de insumos*". São convidados: José Carlos Polidoro, representante de Embrapa; Antonio Galvan, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA); André Passos Cordeiro, da Associação Brasileira de Indústrias Químicas (ABIQUIM); Julio Cesar Nery Ferreira, representante do Instituto Brasileiro de Mineração; Ricardo Tortorella, da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA); Bernardo Silva, do Sindicato

Nacional da Indústria de Matérias Primas para Fertilizantes (SINPRIFERT).

CONGRESSO NACIONAL

Acontecerá, na quinta-feira (28/04), Sessão Conjunta do Congresso Nacional Semipresencial, às 10h, no plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação de vetos presidenciais. Um dos vetos diz respeito à Lei Paulo Gustavo (PLP 73/2021) que deve apoiar financeiramente o setor cultural.

OUTROS INFORMES

Novo PL sobre Mineração

O dep. José Medeiros (Pode/MT) apresentou, no dia 14/03, o PL 571/2022, para criar *condições especiais ao exercício de atividade minerária em caso de interesse à soberania nacional, assim declarado pelo Presidente da República*. O projeto foi despachado para a Comissão de Meio Ambiente. Se aprovado o projeto irá ampliar os conflitos com povos indígenas e comunidades tradicionais.

Bolsonaristas querem ato por liberdade de expressão no Planalto

Deputados bolsonaristas pretendem organizar um ato amanhã (27/04), no Palácio do Planalto, pela liberdade de expressão. O "ato cívico", como classificam o evento, será uma forma de apoio ao dep. Daniel Silveira (PTB-RJ), condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 20/04 e anistiado pelo presidente Jair Bolsonaro no dia seguinte. "O evento é para dar apoio à democracia e à decisão do presidente da República Federativa do Brasil", disse o deputado Marco Feliciano (PL-SP). Os congressistas esperam reunir mais de 100 deputados e senadores das frentes parlamentares Evangélica, da Segurança e do Agronegócio.

STF valida os requerimentos de urgência

A maioria dos ministros do STF votou a favor de validar os atuais critérios utilizados pelo Congresso para definir quais propostas podem ser votadas em regime de urgência. O regime de urgência é um mecanismo previsto nas regras internas da Câmara e do Senado que permite que propostas sejam levadas diretamente à análise do plenário, sem passar pelas comissões temáticas. Na prática, a urgência simplifica e acelera o processo de aprovação de projetos. Relator da ação, o ministro Luiz Edson Fachin considerou que as regras, previstas nos regimentos da Câmara e do Senado, são constitucionais. Acompanharam o voto de Fachin os ministros Alexandre de Moraes, Nunes Marques, Gilmar Mendes, André Mendonça e Carmen Lúcia. Os ministros analisam, no plenário virtual, uma ação do Partido Verde, que questiona a aplicação do regime de urgência em propostas em tramitação no Legislativo que não demandam celeridade de votação.